

O trabalho político

José Ferreira¹

Resumo

Tomando o trabalho político como um assunto de profissionais, este artigo pretende compreender a dinâmica própria desse trabalho. A partir de uma análise realizada entre movimentos camponeses guatemaltecos chego a três conclusões. Primeiro, que a lógica do trabalho político encontra a sua definição mínima nas relações estruturais entre organizações políticas. Segundo, que o diálogo entre o Estado e a sociedade civil não se dá num espaço, mas numa constelação de espaços cujo acesso não é igual para todos. Terceiro, que compete ao Estado canalizar as pressões das decisões de cada um destes espaços sobre os outros.

Palavras-Chave

Campo político; Território; Comitê de Unidade Camponesa; Guatemala.

The political work

Abstract

Taking the political work as a matter of professionals, this paper aims to comprehend the specific dynamic of this work. From a Guatemalan peasantry movements' analysis, I reach three conclusions. First, the political work logic finds its minimum definition in the structural relations among political organizations. Secondly, the dialogue among the State and the civil society does not take place in a space, but in a constellation of spaces whose access it is not equal for everyone. Thirdly, it is in the State's competence to channel the pressures for decisions in each one of these spaces over the others.

Keywords

Political field; Territory; United Peasant Committee; Guatemala.

Introdução

Uma das características da política, quase sempre ignorada na análise da política, é ser levada a cabo por profissionais. Viver para a política, atender às exigências e urgências do jogo político, implica viver da política, encontrar nesse jogo uma forma de vida. Isto é tanto mais verdade quanto mais em baixo na escala social está o grupo em causa, como estão camponeses, indígenas ou mesmo trabalhadores assalariados. É que fazer política exige a aquisição de competências, adquiridas no sistema de ensino, cujo acesso é limitado para estes grupos. É claro que existem autodidatas. Mas sempre estes autodidatas se formaram ao longo processo —uma carreira política— que os separou da sua condição de partida. Portanto, na política nunca encontramos camponeses, indígenas ou mesmo empresários, mas políticos profissionais que foram outrora camponeses, indígenas, etc. Ou mesmo que nunca o foram (sendo estes provenientes da classe média letrada e recrutados pelas organizações políticas).

Daí que para entender a política seja necessário colocar duas questões. Qual é a dinâmica do trabalho político que ocupa estes políticos profissionais? Como se relacionam estes políticos profissionais com aqueles que dizem representar? Aqui procuro responder apenas à primeira destas questões no contexto da luta camponesa e indígena na Guatemala, e explicar a emergência do projeto político (GRAMSCI, 2002; DAGNINO, OLVERA *et al.*, 2006) de Luta pelo Território. Este projeto será apresentado por contraste com outro que orientou o movimento camponês guatemalteco até um passado recente, a Luta pela Terra. Será também necessário demonstrar que se trata de dois projetos diferentes, isto é, que contêm diferenças significativas no modo de ver a vida em sociedade.

A abordagem utilizada para esta investigação assenta na proposta bourdieusiana. A leitura que faço da obra de Pierre Bourdieu (2002; 2009), me leva a ver nela uma tentativa de amarrar a teoria da ação fenomenológica — Husserl, Sartre, Merleau-Ponty; *habitus* ou *Habitualität* — à representação da estrutura, tal como construída pela antropologia estrutural. Aqui a opção parece inspirada em Marx: introduzir no materialismo disponível uma teoria fenomenológica da ação.

Para fazê-lo, Bourdieu começa negando a existência da dicotomia sociedade-indivíduo, que desde a década de 1950 tem sido um debate central das ciências sociais. Para ele, sujeito e sociedade não são dois entes distintos. O sujeito é sempre um ser social, moldado por processos de socialização — um agente; e a sociedade não mais que as relações que se estabelecem entre agentes. Mas fê-lo somente para recuperá-la logo em seguida enquanto uma oposição entre o ponto de vista do pes-

quisador e o ponto de vista do agente. E daqui concluir que a pesquisa só está completa quando o pesquisador introduz, no seu ponto de vista, o do agente. De outra forma, quando o pesquisado explica aquilo que ele observa – as relações estruturais – pelo modo como o agente as produz e reproduz. A solução prática é justapor a descrição fenomenológica da ação a uma análise da estrutura social. É isto que parece fazer Bourdieu em “Os usos sociais do parentesco” (BOURDIEU, 2009, p. 266-328) e “O Estado e a construção do mercado” (BOURDIEU, 2006, p. 125-169).

Num segundo momento, Bourdieu se enfrenta à dicotomia entre simbólico e material. Aqui a solução é devedora da primeira. Ao separar a análise da estrutura e da ação, ele pôde resolver esta segunda dicotomia por partes. Em primeiro lugar (A) ele busca demonstrar que as classificações simbólicas traduzem realidades materiais. Em 1966, a hipótese era de que as diferenças simbolicamente construídas guardam uma relação com as diferenças na distribuição dos recursos materiais. Mas esta relação não impede que o plano simbólico tenha certa autonomia do plano material. No entanto, as razões dessa autonomia só foram entendidas com a criação do conceito de campo (com a introdução, em 1976, da *Análise de Correspondências Múltiplas* em sua pesquisa)². Com o conceito de campo, Bourdieu quer afirmar que a desigualdade entre os agentes é contínua, mas só é apercebida por estes por meio de uma representação descontínua dessa desigualdade pautada por ritos de instituição. Para dar conta das desigualdades materiais foi necessário introduzir o conceito marxista de capital. Contudo, para que todas as classificações simbolicamente fossem plausíveis de corresponder a uma desigualdade material foi necessário ampliar a noção de capital. Nunca deixou de ser trabalho morto (realizado no passado pela sociedade, mas apropriado desigualmente). Mas passou a ser tanto econômico, como cultural, institucional ou social, cada um destes com subespécies.

Por outro lado, ele teve a necessidade de explicar o funcionamento destes ritos de instituição que criam “classes” agrupando “iguais”. Não irei alongar-me sobre este assunto. Basta somente reparar que os ritos de instituição podem ser mais ou menos formais mediados por instituições como o Estado ou apenas exigir a presença de um esquema prático partilhado de classificação, o *habitus*. Está-se perante um contínuo que pode ser exposto tomando seus extremos como tipos ideais. De um lado estão todos os títulos (de propriedade, escolares, cargos, etc.) com que o Estado institui certos indivíduos e os coloca acima de outros. Do outro as expressões correntes “és um burguês” ou “não tens classe para isso”. E basta pensar em “pai” para ver como os sistemas de classificação do *habitus* e aquelas mediadas por instituições, em particular pelo direito, se cruzam e se confirmam. Acrescente-se que

estas classificações não são neutras. Observa-se que, mais das vezes, as classificações legitimam as desigualdades ao autorizar somente alguns a ter opinião ou a decidir algo – respetivamente, nos títulos escolares e de propriedade. Outras vezes os sistemas de classificação servem também para denunciar essas desigualdades.

Sem dúvida a classificação marxista serviu para politizar as desigualdades econômicas. Mas também contribuiu para afastar desigualdades de outra natureza (de gênero, por exemplo) e, na década de 1980, estas serviram para desautorizar aquela. Com estas duas observações se expõe a natureza ideológica dos sistemas simbólicos. Sendo verdade que eles nos permitem conhecer as desigualdades, só o fazem de modo parcial e fazendo os agentes aceitar como naturais a maioria das desigualdades que precedem à sua ação.

Na sua teoria da ação (B), Pierre Bourdieu manteve-se dentro do programa da fenomenologia, isto é, no plano simbólico. Husserl tinha empregado o conceito de *Habitualität* (ou *habitus*) para fazer referência a uma relação com o real distinta da do logos. O filósofo alemão queria demonstrar que a dicotomia cartesiana entre sociedade e indivíduo ou, nos termos de Kant, *em-si* e *para-si*, não se coloca senão no momento em que a reflexão, o logos, separa os seus termos (MERLEAU-PONTY, 2006). Husserl e Merleau-Ponty partem para a descrição desta relação prática e imediata com o real, que é a do sujeito, como forma de superar, abandonando, aquela dicotomia. Bourdieu segue-os nesse percurso³, tornando a definição de *habitus* mais um problema de pesquisa que um conceito filosófico. Assinala, no entanto, que longe de escapar da dicotomia, a fenomenologia cai num ultrasubjetivismo ao descrever o ponto de vista do agente. Mas este deve ser ainda explicado pela demarcação dos seus limites de validade, isto é, pela sua posição na estrutura social. Vale, portanto, reforçar o que já foi dito: Bourdieu nega, em linha com estes autores, a existência da dicotomia cartesiana, somente para recuperá-la, logo em seguida, como uma dicotomia entre o ponto de vista do observador e o ponto de vista do agente.

Um aspecto interessante deste trabalho foi a tentativa de introduzir na fenomenologia conceitos do utilitarismo. Um esforço que foi visto como uma tentativa de estender os usos do utilitarismo a terrenos onde este não conseguia entrar. Mas que também pode ser tomado como um empenho em desqualificar o utilitarismo alterando radicalmente o conteúdo de seus conceitos. De fato, ele já toma os conceitos utilitaristas – lucro, interesse, mais-valia – de Max Weber, isto é, suficientemente distanciados da sua formulação original. O mais importante em tudo isto é que ele gera o caminho: resolver a dicotomia entre simbólico e material em uma teoria da

ação. Não obstante, Bourdieu foi incapaz de trilhar este caminho talvez porque chegou a definir o utilitarismo como um caso particular da fenomenologia: a do campo econômico. Mas nos seus textos acerca da dupla verdade do dom – simbólica e econômica – ele esteve perto de uma solução. No entanto, aí oposição entre material e simbólico é confundida com aquela entre o ponto de vista do observador e o ponto de vista do agente, como se da mesma oposição se tratasse. Ele viu, mas não levou mais longe, que as coisas têm um valor de origem ou de posição no sistema de classificação e outro de finalidade ou de uso pessoal por seu proprietário. Frente a esta oposição, ele preferiu sempre ignorar a segunda natureza do valor que, para ele, só era visível do ponto de vista do observador. O agente, mergulhado na *illusio* do espaço social onde se encontra, faz por desinteresse aquilo que se revela aos olhos do observador a opção mais lucrativa. Bourdieu não explorou a existência de conflitos entre duas formas de valor, a não ser para mostrar desajustes de *habitus* quando mudanças ocorrem no espaço social. Mas as duas formas de valor são reconhecidas pelos agentes, gerando ambiguidades que estão na base das suas estratégias. Ao contrário, as suas concepções o levaram a subordinar todos os conceitos utilitaristas a uma teoria da ação puramente simbólica ou, mais exatamente, fenomenológica.

Análise sincrônica da estrutura

De qualquer modo o que interessa assinalar é que, para Bourdieu, existem dois momentos de pesquisa: uma análise sincrônica da estrutura e uma análise diacrônica da ação. O campo é o instrumento de análise estrutural. Aplicando aos agentes os princípios de classificação identificados no sistema-objeto, de acordo com os capitais que eles possuem, se obtém uma representação ideal do espaço social, do sistema de distinções, isto é, das hierarquias que condicionam a ação dos agentes ali presentes. É preciso dizer que esta descrição do espaço social de acordo com o sistema de classificação dos agentes, o campo, não é a visão que os agentes fazem sobre esse espaço social. Ele é produto de um trabalho que coloca lado a lado classificações que nunca são estabelecidas em simultâneo. Em segundo lugar, ele é um registro sistemático de dados que destitui o campo das incertezas com que os agentes vivem o espaço social. E, finalmente, ele preenche outras funções que aquelas que são preenchidas pelo conhecimento prático. Portanto, o campo é resultado de um esforço que não é nem permitido nem útil para os agentes. Se o campo é a representação construída do espaço social que respeita o sistema de classificação que os agentes usam sobre esse espaço, ele o é destituído de toda a ambiguidade que constitui a representação que os agentes fazem desse espaço. Tem como virtude,

não obstante, expor esse sistema de classificação a crítica, isto é, a um trabalho de desnaturalização e de historização do sistema de classificação. E a ambiguidade, ou melhor, o olhar dos agentes será reintroduzido num segundo momento: na análise diacrônica da ação social.

O campo em análise (1), representado pelo retângulo a cheio na Figura 1, é constituído, num polo, pelas organizações da sociedade civil comprometidas com a defesa dos modos de vida camponeses e indígenas. No outro polo estão as organizações do Estado que com elas negociam – em particular, o Ministério da Agricultura. As organizações da sociedade civil que representam outros sectores, ou se alinham com as organizações camponesas (como ONGs e representantes de universidades e sindicatos), ou se alinham com o Estado (os representantes da elite econômica). Falamos obviamente de um campo onde se discutem temas como segurança alimentar, reforma agrária e desenvolvimento rural.

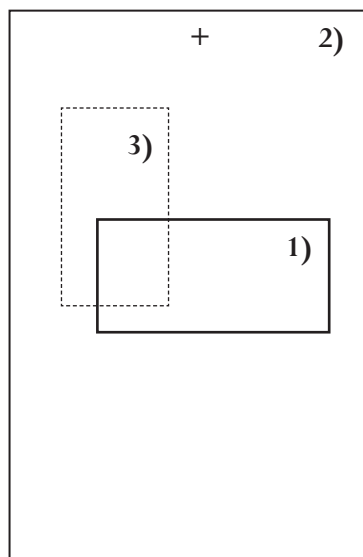


Figura 1: Representação esquemática dos campos analisados

A dinâmica deste campo político está assente nas representações que os agentes fazem do seu país. Para sintetizar e sistematizar essas representações foi necessário construir um segundo campo, representando toda a sociedade guatemalteca (2). Muito genericamente, este campo tem um polo claramente dominante, onde se encontra a elite econômica. E, obviamente, um polo dominado onde se encontram os campo-

neses e indígenas. Estes últimos são representados no campo político pela sociedade civil de esquerda ou, mais exatamente, esta se pretende representante daqueles. A relação entre o grupo dominante e este campo é mais complexa. Isto porque, aquilo a que me referi como campo político é o campo político onde se encontra o Comitê de Unidade Camponesa – CUC – (organização que serviu de porta de entrada a esta pesquisa). Por essa razão é preciso recortar melhor o que é este campo político.

Para começar, é preciso repetir o que já foi dito: trata-se do campo onde se discutem as políticas sociais para o mundo rural, como segurança alimentar, reforma agrária e outras. Portanto, aqui não se debatem as políticas econômicas do país, como foi o caso do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos da América. Se a sociedade civil alguma vez foi chamada para o diálogo sobre estes temas de desenvolvimento econômico, trata-se da sociedade civil que representa a elite econômica do país. As organizações camponesas estão excluídas deste debate –exceto pelos protestos que levam a cabo na rua. Daqui se retira a conclusão de que o debate entre o Estado e a sociedade civil se faz por meio de uma constelação de campos cujo número não é objetivo deste trabalho determinar. Ao tomar o CUC como porta de entrada, a pesquisa se confronta apenas com um desses campos.

Para incluir a observação anterior na análise, é preciso assumir que o Estado faz um trabalho de mediação entre as várias discussões que mantém da forma autônoma com a sociedade civil. Portanto, é necessário considerar o campo do Estado (3) cuja função é compatibilizar as decisões e contradições originadas nos diversos campos de diálogo com a sociedade civil. Enfim, é o campo do Estado que canaliza a pressão das decisões de cada um dos seus campos de diálogo com a sociedade civil para os outros. Mas então podemos postular a hipótese de que são os campos onde o Estado se faz representar por seus organismos mais fracos (situados no polo dominado do campo do estado) onde mais se faz sentir a influência dos outros. O inverso disto é dizer que as negociações nas quais o Estado participa com seus organismos mais poderosos são aquelas onde a influência de outras negociações quase não é sentida.

Análise diacrônica da ação social

Posto isto, parto para a investigação dos eventos históricos que moldaram o campo político definido acima e das suas articulações com o campo da sociedade guatemalteca e o campo do Estado. Esta etapa da pesquisa, a pesquisa propriamente dita, corresponde à descrição fenomenológica da ação social. Mas agora é possível escapar da sua tendência ao subjetivismo porque as estruturas sociais que condicionam a ação social já foram delimitadas.

Começo por referir alguns eventos que moldam a visão que os políticos fazem sobre sociedade guatemalteca, isto é, por apresentar o campo da sociedade guatemalteca. E, em seguida, esboço as características do campo político tomando como referência a negociação dos Acordos de Paz. Nas duas seções seguintes procuro expor a dinâmica do campo entre 1998 e 2004/5 e 2005 e 2009, respetivamente. O objetivo é mostrar que a partir de 2005, se inicia um processo de reconfiguração desse campo político. Ele é concomitante com alterações no campo do Estado ou, mas exatamente, com a entrada de organismos do Estado mais poderosos no campo político analisado. E, ao mesmo tempo, esta reconfiguração implicou uma transformação nas visões que os políticos fazem sobre a sociedade guatemalteca. Vejamos cada um destes aspectos.

Camponeses e indígenas: a disputa entre os discursos classista e étnico

Em 1970, Severo Martínez Peláez publicou *La patria del criollo: ensayo de una interpretación de la realidad colonial guatemalteca*. Este livro pretendeu expor as desigualdades da sociedade guatemalteca em termos de classe, reduzindo a desigualdade étnica a esta. Segundo este autor (1994, p. 596):

Os índios foram inicialmente nativos transformados, pelo regime colonial, em uma grande classe de servos; com pequenas minorias de indivíduos dispensados da servidão, dotados de autoridade local, e, por isso, incorporados na classe média alta daquela sociedade. Depois de três séculos de vida colonial, quando a Reforma rompeu com a estrutura dos povos índios, se impôs à servidão novas características e começaram a desvanecer as camadas nobres pela privação da autoridade que antes possuíam. E, por fim, ao suprimir-se a servidão – fato relativamente recente – passaram a ser os índios que hoje são: os proletários e semi-proletários agrícolas que ainda conservam – na medida em que conservam – os costumes e a mentalidade que foram próprias do servo colonial.

O sucesso de tal concepção explica-se, antes de tudo, pelo momento histórico em que foi redigida. Em plena guerra fria o marxismo ortodoxo imperava sobre as ciências sociais. Contudo, também existem razões de caráter endógeno, isto é, nacional, para este sucesso. Quando analisamos a gênese das organizações rurais, verificamos que elas foram fomentadas a partir de fora. Até ao surgimento de líderes indígenas na segunda metade da década de 1980, elas dependeram de líderes urbanos, às vezes estrangeiros. Mas para compreender esse processo, é necessário regressar à Revolução guatemalteca em 1944.

A Revolução de 1944, como mostra Sergio Tischler Visquerra (2001), foi uma disputa entre a classe média urbana e a elite fazendeira. O Estado organizado com a finalidade de controlar a força de trabalho rural não deu conta do número crescente dessa classe média, sobretudo composta por professores e estudantes. A ruptura da ‘forma fazendeira do Estado’ (categoria cunhada por Tischler Visquerra para referir-se a esse Estado organizado em função das necessidades de mão-de-obra da fazenda cafeeira) desembocou na revolução. As classes médias intelectuais, os professores e alunos oriundos da Universidade de São Carlos Guatemala tomaram o poder, impondo uma ampla distribuição de riqueza: providencia social, direitos trabalhistas e, finalmente, reforma agrária. Mas esta reforma agrária foi mais destinada a retirar poder aos fazendeiros que disputavam o Estado com essa classe média, do que para atender a uma demanda dos camponeses que, de fato, não estava formulada. Muitas das terras expropriadas não chegaram sequer a ser distribuídas. Pois assim que a reforma agrária afetou a empresa norte-americana *United Fruit Company* – detentora de 50% da área expropriada –, a intervenção do governo dos Estados Unidos da América organizou a contra-revolução (COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO, 2006). O surgimento dos movimentos sociais rurais só se compreende contra este pano de fundo.

Obviamente, aqui a análise peca pela falta de estudos sobre movimentos camponeses propriamente ditos. Mas creio que a superação desse limite não alterará significativamente esta tese. Quando se consulta uma das poucas obras que se dedicaram aos movimentos rurais pré-1944, o livro de Sonia Alda Mejías (2009), fica a ideia de que as reivindicações indígenas se pautaram por refrear o avanço do modelo político e econômico europeu. Por outras palavras, eles buscaram preservar as suas estruturas políticas e reduzir os serviços que eram obrigados a prestar aos fazendeiros e ao Estado nacional. Eles nunca estiveram muito interessados – embora não desconhecem – em intervir nos desígnios desse Estado nacional. Por outro lado, o fortalecimento do Estado graças ao crescimento da economia cafeeira retirou grande parte da capacidade de resistência indígena na virada do século XIX para o XX. Prova do anterior é a legislação produzida entre 1821 e 1944, que abole o sistema de duplo governo municipal – um para os brancos, outro para os índios– e estabelece uma forma partilhada de governo que tem como finalidade retirar a autonomia política aos indígenas (CASTILLO MÉNDEZ, 2008, p. 182-6).

Em 1954, imediatamente após a contra-revolução, se inicia uma ‘disputa pelos camponeses’, que estiveram praticamente ausentes do processo revolucionário. É claro que o dilema da reforma agrária precipitou esta ação. A igreja católica iniciou

diversas iniciativas comunitárias, de alfabetização, de formação agrícola, de desenvolvimento da infraestrutura comunitária, que apresentou como uma alternativa à reforma agrária. Mas este projeto anticomunista mudou radicalmente a sua direção com o advento da teologia da libertação. As redes de catequistas formadas pela igreja se tornaram logo depois as bases das guerrilhas marxistas existentes (MURGA ARMAS, 2006). Mas as guerrilhas são produto de outro movimento de disputa pelos camponeses. Jovens de classe média, impedidos de fazer política devido à sua orientação marxista, procuram organizar os camponeses –segundo eles e segundo o seu professor Severo Martínez, a classe mais explorada do país– numa guerrilha marxista. Muitos eram ex-militares expulsos ou dissidentes da corporação castrense (COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO, 2006). Vinte anos depois, em meados da década de 1970, havia uma confusa sobreposição entre as estruturas da guerrilha marxista e as estruturas da igreja católica. Por seu lado, também a elite empresarial, por meio do Estado, tentou conseguir o apoio dos camponeses em iniciativas inspiradas nas ações da igreja católica. Não obstante, talvez acreditando, como os guerrilheiros, na disposição revolucionária dos camponeses, nunca investiu demasiado nem alcançou grandes resultados.

É neste ambiente que surgem os movimentos sociais camponeses. O primeiro movimento social rural de nível nacional a surgir em Guatemala, o Comitê de Unidade Camponesa, em 1980, que surgiu com o apoio de um grupo de jesuítas conhecido pelo Projeto da Zona 5. Apesar da liderança indígena, eram movimentos extremamente dependentes dos grupos que lhes deram origem: a igreja católica e a guerrilha. Com esta dependência de uma classe média branca não é de espantar que a noção de classe se tenha sobreposto à de etnia. Isto, repita-se, sem esquecer o que isso se deve ao contexto de Guerra Fria.

A visão classista da desigualdade no país começou a ser questionada apenas na segunda metade da década de 1980. Essa década começa com os mais rudes golpes sobre os movimentos rurais. O exército, entre 1982 e 1983, perpetrou os mais rudes massacres sobre as comunidades indígenas e rurais. É a partir de 1984 e 1985, quando o Estado necessita recuperar a legitimidade internacional perdida durante os massacres, que se abre o espaço para o surgimento de uma sociedade civil. E é nesse momento que surgem dois tipos de movimento sociais. De um lado, os Mayanistas: Organizações Não Governamentais – ONGs –, formadas por intelectuais indígenas beneficiados pelas atividades de formação da igreja católica nas décadas de 1960 e 1970. Elas reivindicavam o reconhecimento da sua cultura, a começar pelo uso de seus idiomas. O líder deste movimento é um caso

paradigmático. Demetrio Cojtí, que na década de 1960 tinha sido catequista do movimento da Teologia da Libertação, aparece agora na política nacional como professor universitário, munido de um doutorado em linguística obtido nos Estados Unidos da América. Do outro lado estão os movimentos populares: organizações que se começaram a reconstituir a partir das redes construídas pela igreja católica na década anterior, como o CUC (BASTOS e CAMUS, 2006). Redes que durante os massacres trocaram os seus vínculos com a igreja católica pelos vínculos com a guerrilha. Porque naquela altura, como me contou um dos mais antigos dirigentes do CUC, Rafael Gonzales, “cada um fez o que podia para salvar a vida”. E ele, como outros, teve de se integrar na guerrilha. Redes e movimentos que, enfim, na segunda metade da década de 1980 e na década de 1990, mantiveram uma relação extremamente vertical e de dependência com a guerrilha.

A gênese do campo político em análise

O campo político, aquele onde se debatem as políticas para a agricultura camponesa e o mundo rural em Guatemala, tal como o defino acima, teve a sua gênese durante as negociações de paz no país. Como mostrou Roody Brett (2006), a reforma constitucional de 1985 constituiu o marco no qual se dá o surgimento dos movimentos sociais rurais. Ela cria um quadro legal onde reconhecem os direitos humanos, e se cria uma institucionalidade para assegurar a sua vigência – em particular, a Corte de Direitos Humanos. Surgiram então organizações da sociedade civil reclamando contra o exército, denunciando as violações de direitos humanos por ele cometidas, abrindo a pouco e pouco espaço para as reivindicações de foro cultural e socioeconômico. É neste contexto que surgem os movimentos mayanistas e populares referidos na seção anterior. Mas é somente em 1993, após o fracassado autogolpe de Estado encabeçado pelo presidente em funções e a assunção da Presidência da República pelo até então presidente da Corte de Direitos Humanos, que a negociação da paz assentou as bases da política futura. Criaram-se as mesas de diálogo onde organizações da sociedade civil faziam rascunhos provisórios de acordos que eram depois submetidos à apreciação e negociação entre governo, exército e comandância da guerrilha. Obviamente, a guerrilha aproveitava os seus vínculos com a sociedade civil para compensar a sua falta de força na negociação com o Estado. (Este sistema de negociação com a sociedade civil ainda hoje existe. Como iremos ver na próxima seção, existem mesas de diálogo entre o Estado e a sociedade civil que preparam propostas de lei ou de políticas públicas que são depois submetidas à consideração dos órgãos estatais competentes).

Durante a negociação dos Acordos de Paz, tornou-se evidente a força do discurso culturalista. Por um lado, depois do fim da Guerra Fria, a defesa da cultura indígena constituía um discurso mais atrativo que o discurso camponês de reforma agrária, para os atores internacionais que pressionavam e financiavam o processo de negociação. Por outro, o discurso sobre reforma agrária, na Guatemala dos anos de 1980 e 1990, poderia significar a morte dos seus portadores (BRETT, 2006). Daí que, rapidamente a comandância da guerrilha se apercebeu das oportunidades que se abriam ao envolver-se nestes temas. Por isso, em meados da década de 1990, a distinção entre mayanistas e populares torna-se confusa. Pois logo apareceram organizações vinculadas à guerrilha que vão disputar os espaços ocupados e os discursos elaborados pelas mayanistas.

Santiago Bastos e Manuela Camus (2006) mostram como a negociação com o Estado se deu numa cooperação conflituosa entre estes dois grupos de organizações. As antigas mayanistas eram as mais capacitadas tecnicamente e, por isso, terminaram definindo o conteúdo das reivindicações feitas. Mas estas não puderam dispensar as organizações vinculadas à guerrilha. Não só estas detinham maior competência política para aproveitar os espaços cedidos pelo Estado, como de fato estavam vinculados à maioria da população indígena e, por isso, detinham a capacidade de mobilizar a população em apoio às suas propostas. O processo terminou com um acordo – o Acordo sobre Identidade e Direitos dos Povos Indígenas – e uma proposta de reforma constitucional, que foi posteriormente vetada em referendo popular. A baixa participação na votação frustrou as expectativas dos proponentes que contavam com a maioria da população indígena e rural para fazer aprovar a sua proposta. Depois da derrota sobrou apenas uma assembléia de organizações indígenas, exclusivamente constituída por organizações vinculadas à guerrilha (assembléia que, durante as negociações com o Estado, serviu para pôr em comum as posições da sociedade civil). Os mayanistas retiraram-se do confronto com o Estado e entraram nas suas fileiras para pôr em marcha o muito que ficou no conteúdo do acordo.

Se o monopólio dos indígenas académicos foi rompido entre as organizações que demandavam direitos culturais; também as organizações ligadas à guerrilha perderam o seu monopólio entre aquelas que demandavam terra e melhores salários no campo. O processo aqui foi distinto e teve origem numa dissidência na principal organização camponesa: o Comitê de Unidade Camponesa. À medida que os dirigentes do CUC começaram a ganhar experiência de trabalho, começaram a disputar a orientação da organização com a comandância da guerrilha. Em 1992, a guerrilha, com apoio do governo cubano e alguns governos europeus, levou a cabo

uma campanha para a atribuição do Prêmio Nobel da Paz a Rigoberta Menchú – então dirigente do CUC e filha de um dos membros do CUC mortos, em 1980, no “massacre” na Embaixada de Espanha⁴. Inseridas nesta campanha, as organizações populares e mayanistas se juntam para organizar uma Assembléia Intercontinental de Povos Indígenas. Nesse momento, o discurso indigenista começou logo a ser incorporado pelos líderes da organização camponesa, num momento em que a comandância da guerrilha continuava refratária. Certamente na base desta divergência estiveram tanto as diferenças étnicas entre eles (os líderes do CUC eram indígenas enquanto a comandância da guerrilha era branca); como o fato da comandância seguir exilada no México e terá se apercebido mais lentamente do potencial político de tal demanda. Em 1993 deu-se a ruptura. Os guerrilheiros instruíram pessoas do CUC da sua confiança a encaminharem uma reunião de avaliação da manifestação do 1.º de Maio de forma a culminar na destituição da direção então vigente. Vários daqueles que tinham reorganizado o CUC após os massacres de 1982/83 são assim expulsos. São estes que, meses mais tarde, fundam a Coordenadora Nacional Indígena e Camponesa (VELÁZQUEZ NIMATUJ, 2008).

As negociações dos Acordos de Paz para estes atores foram mais complexas. A discussão do Acordo sobre aspetos Socioeconômicos e Situação Agrária somente vai se dar em 1996, depois da chegada de um governo de corte liberal ao poder. Além disso, depois do sucesso do “acordo indígena” (assim é conhecido o Acordo sobre Identidade e Direitos dos Povos Indígenas), havia poucas expectativas sobre para a negociação do “acordo socioeconômico”. A reforma agrária, inevitavelmente o elemento central do acordo, sempre foi um tema polarizador da sociedade guatemalteca. Aliás, ele foi o motivo da guerra civil. Como se não bastasse, uma operação fracassada de uma das facções da guerrilha, que culminou na morte de uma velha fazendeira, retirou grande parte da legitimidade dos negociadores da guerrilha. Também a sociedade civil pouco poderia fazer. O CUC era uma estrutura fraca, depois da dissidência interna; a CONIC não participou no processo devido às tensões que tinha com os outros atores da sociedade civil – todos eles vinculados à guerrilha (BASTOS e CAMUS, 2006). Em resultado, não foi possível que o acordo contivesse mais que a proposta de um programa de reforma agrária de mercado, tal como era prescrito pelo Banco Mundial. Foi criado o Fundo de Terras – FON-TIERRAS – cujo objetivo era ceder créditos a camponeses que se associavam para comprar, juntos, uma fazenda. Mas talvez por tudo isto, as organizações camponesas puderam desvincular-se deste acordo e fazer demandas para além dele.

O projeto político de reforma agrária integral

O campo político onde o CUC age ficou delimitado pela negociação do Acordo sobre aspectos Socioeconômicos e Situação Agrária. Isto é o que transparece nas entrevistas que pude realizar com seus dirigentes. Em 1998, quando se organizou o II Congresso Camponês (realizado pela Coordenadora Nacional de Organizações do Campo, entidade de terceiro nível que agrupa organizações camponesas e da qual são membro o CUC e a CONIC), “a ideia era forçar para que os Acordos de Paz se concretizassem. Se baseou no suposto – que afinal não era assim – de que a oligarquia, depois de uma guerra de trinta e seis anos, estava disposta a cumprir os compromissos que tinha assumido”. Assim, me explicou Carlos Barrientos, secretário executivo do CUC.

A chave culturalista de leitura da disputa permanece ainda muito vaga. Outra coisa não seria de esperar, já que as demandas culturalistas e as econômicas foram repartidas entre dois campos de negociação. É claro que a presença da CONIC – a mais importante organização camponesa na altura – lembrava aos políticos que os camponeses eram indígenas. De qualquer modo, mesmo a CONIC se reconhecia como uma organização de camponeses indígenas e ladinos⁵ pobres, ainda que liderada por indígenas. Por essa razão, a condição de indígenas deu apenas um contributo para a luta pela reforma agrária: os líderes camponeses lutavam pela “recuperação de terras” perdidas para os colonizadores. A CONIC aproveitou em várias ocasiões o argumento da inviolabilidade da propriedade privada – geralmente usada contra os programas de redistribuição de terras – para defender a reforma agrária. Para a CONIC, a reforma agrária não significava por em causa a propriedade privada. Pelo contrário, tratava-se de reparar violações à propriedade cometidas pelos fazendeiros que haviam se apropriado das terras comunitárias indígenas (BRETT, 2006).

Aliás, vale notar uma clara distinção nas estratégias da CONIC e do CUC. A primeira procurava sempre vincular-se a lutas pela terra com um longo histórico de conflito. Chegou mesmo a demandar terras justificando que eram terras comunitárias “roubadas” aos camponeses no século XIX (VELÁZQUEZ NIMATUJ, 2008). Já o CUC, segundo as entrevistas que realizei, teve sempre uma preferência pelas terras do Estado. A justificação oficial é que as terras do Estado não gravam uma dívida praticamente impagável (*ver Caixa 1*).

Contudo, é possível aventar a hipótese de que aqui se reproduziu por outros meios o conflito entre a guerrilha e o exército. O orgulho que os dirigentes da organização têm em haver recuperado uma fazenda que estava atribuída ao exército parece confirmar esta hipótese.

Mas é precisamente quando a reforma agrária começa a perder o folego, que os políticos de esquerda mais vão escrever sobre ela. Vários fatores fazem com que a reforma agrária de mercado perca importância política depois de 2004. Em primeiro lugar, as dificuldades que FONTIERRAS começa a atravessar. Muitos camponeses não puderam pagar as suas dívidas e o fundo começava a ficar sem recursos para assentar novos camponeses. Por outro lado, o mercado internacional de produtos agrícolas, com o surgimento dos agrocombustíveis, tornou-se atrativo para os produtores, o que reduziu o interesse dos fazendeiros em vender terras. Finalmente, foi nesse ano que tomou posse um novo governo, cujos ministros provinham do Comitê Coordenador de Associações Agrícolas, Comerciais, Industriais e Financeiras – CACIF –, e tomavam este pelo único ator com quem valia a pena dialogar (ver GUERRA-BORGES, 2006, p. 236). Como me contou em entrevista Alfredo Itzep, representante da Faculdade de Agronomia na Mesa de Desenvolvimento Rural⁶, “sempre que se falava no tema terra, os empresários abandonavam a mesa” e inviabilizavam o debate. Nesse período, a mesa serviu mais para que os grupos à esquerda do debate negociassem uma posição comum do que para negociar com o governo e o empresariado.

Neste sentido vale referir que o diálogo não se limitava ao CUC e à CONIC de um lado e ao Ministério da Agricultura de outro. Num dos extremos, com estas duas organizações camponesas, encontramos outras de cobertura regional, mas também com um carácter indígena mais forte. Também se faz representar a Coordenadora Nacional de Organizações do Campo – CNOC – que agrupa todas elas. Além destas, se encontravam várias ONGs ambientalistas que executavam localmente programas de apoio à produção agroecológica de camponeses. Vale citar a ONG Ceiba, o Coletivo “Madre Selva” e o Instituto Meso-Americano de Permacultura – IMAP – pelo papel que vão ter nos anos seguintes. É também nesta altura que uma plataforma de organizações – a Coordenadora de ONGs e Cooperativas, CONGCOOP – se converte em uma organização dedicada à investigação e vai desempenhar o papel de sistematizador estes debates. Além destas, a Faculdade de Agronomia da Universidade de San Carlos aparece apoiando o processo, com uma posição bastante favorável às organizações camponesas. Todos estes atores se coordenam por meio de financiamentos cedidos pela OXFAM Grã Bretanha, OXFAM Intermon e ActionAid Guatemala, entre outras. Outras ONGs internacionais ficaram à porta do debate. É o caso de Veterinários Sem Fronteiras Espanha, Vizinhos Mundiais ou Cooperacció, entre outras, que financiam o trabalho de capacitação aos camponeses em agroecologia. Elas se fazem representar no processo pela Rede

Nacional pela Defesa da Segurança e Soberania Alimentar em Guatemala (que, coordenada por Ceiba, representa também aquelas ONGs ambientalistas enumeradas acima), mas evitam a participação direta.

Caixa I – DETERMINANTES SOCIOECONÔMICAS e modalidades do acesso à terra

A assinatura do Acordo sobre aspetos Socioeconômicos e Situação Agrária surgiu para os camponeses como uma oportunidade de aceder a terra. O acordo criou no país um fundo governamental – o FONTIERRAS (Fundo de Terras) – a que os camponeses poderiam recorrer para comprar terra. Trata-se de uma política promovida pelo Banco Mundial: a reforma agrária de mercado que é apresentada como alternativa à reforma agrária assente em expropriações compulsórias. Este foi o procedimento seguido pela Coordenadora Camponesa Marquense Madre Tierra Nan Tx' Otx'. Trata-se de uma associação de pequenos proprietários (de uma região onde os pequenos proprietários têm propriedades em torno de dois hectares), criada em 1997 para aproveitar a oportunidade gerada pelo acordo referido. Mas somente em 2003 puderam comprar a fazenda de fato. Írma Velázquez Nimatuj (2008) dedica um capítulo do seu livro à análise do processo. Aqui somente interessa reter uma de suas conclusões. Os camponeses se organizaram; os camponeses procuraram um fazendeiro interessado em vender a sua fazenda; os camponeses trataram do processo de compra e venda; os camponeses pagaram a dívida com a produção de uma área coletiva da fazenda. O Estado apenas emprestou o dinheiro com juros bonificados.

Certamente a crise internacional do café, nos anos de 1999 a 2001, favoreceu esta política. Com o crescimento da produção do café em África e Ásia, os preços do mercado mundial despencaram provocando grandes prejuízos para a produção guatemalteca (FLORES, BRATESCU *et al.*, 2002). Um relatório produzido por Margarita Flores e outros para a Comissão Econômica Para a América Latina – CEPAL – estima que a crise do café fizesse desaparecer mais de 77 mil empregos no país (FLORES, BRATESCU *et al.*, 2002). Portanto, nesse momento existia um bom número de fazendeiros produtores de café interessados em vender as suas fazendas para pagar suas dívidas, e uma imensidão de trabalhadores agrícolas sem terra reivindicando-a. A reforma agrária de mercado apareceu não só como uma solução para os camponeses, mas também para os fazendeiros.

Contudo, como mostra Laura Hurtado Paz y Paz (2008) não foi esta a principal modalidade do processo. Mais das vezes as fazendas foram compradas por

seus trabalhadores. Estes trabalhadores viviam em regime de colonato, idêntico ao brasileiro descrito por Elione Guimarães (2005), havia várias gerações. Com a crise do café continuaram trabalhando acumulando salários em atrasos. Quando a reforma agrária se impôs como bandeira do movimento camponês, as ocupações começam a fazer-se em nome dos salários não pagos. Pesquisadores notaram que os camponeses nunca ocupavam toda a terra, mas somente uma parte –geralmente metade da área da fazenda– que julgavam equivalente aos salários devidos. Além do mais, o fato das fazendas pagarem os seus trabalhadores abaixo do salário mínimo e ainda desconhecerem os encargos com previdência social, permitia às organizações camponesas computar estes valores não pagos por anos no montante de salários em atraso. Este montante era subtraído ao valor estimado pelo FONTIERRAS da área da fazenda reclamada pelos camponeses. O restante era pago ao fazendeiro, contraindo um empréstimo no fundo. O anterior não implica que o processo fosse pacífico. Ele poderia arrastar-se por vários anos numa sequência de ocupações e desalojamentos – sendo estes executados tanto pela polícia como segurança privada do fazendeiro. Dinâmica esta que custou a vida a líderes camponeses. Vários líderes foram assassinados ainda que os culpados nunca tenham sido identificados, investigados ou julgados. Mas a verdade é que sem a pressão das ocupações e dos protestos na capital nenhum processo destes foi levado a cabo (ver VELÁZQUEZ NIMATUF, 2008).

As entrevistas que realizei permitem identificar uma modalidade distinta, própria do Comitê de Unidade Camponesa. O CUC preferiu ocupar fazendas do Estado como, por exemplo, fazendas experimentais do Ministério da Agricultura, e até uma fazenda do exército. O motivo desta opção era o de não necessitar de comprar a fazenda. Uma vez que o “fazendeiro” era o Estado, o CUC pôde exigir que o Estado cedesse a fazenda sem outro custo que o do trâmite burocrático para transferência de proprietário. Este custo os camponeses poderiam pagar de seu bolso, livrando-se assim das dívidas em que outros camponeses incorreram. Mas como na modalidade anterior, a ação contenciosa – ocupações de terras, manifestações na capital, etc. – eram condição *sine qua non* para garantir a distribuição de terras.

No outro extremo do campo político, para além do Ministério da Agricultura, surge apenas uma grande organização de empresários: o Comitê Coordenador de Associações Agrícolas, Comerciais, Industriais e Financeiras, que se fez – quando se fez – representar nestas reuniões pela Câmara do Agro. (O CACIF é uma iden-

tidade de segundo nível que associação várias associações de empresários. Estas associações estão organizadas setorialmente em câmaras, sendo a Câmara do Agro aquela que junta associações de empresários agrícolas). Contudo, este polo do debate, entreviei mais para refreá-lo do que com intenções de contribuir para ele, como se depreende da fala de Alfredo Itzep acima.

Em 2004 surge a Mesa Nacional Alimentar com o objetivo de formular a Lei Nacional de Segurança Alimentar, não obstante do definhamento geral de outras estruturas de negociação com o governo. Ela apresentou-se como uma oportunidade de estabelecer a reforma agrária em lei. (O que não veio a acontecer porque, uma vez terminada a proposta de lei em 2005, ela foi entregue ao Congresso que refez todo o debate. A Organização para a Agricultura e Alimentação das Nações Unidas – FAO –, assessora do congresso nesta etapa, retirou da proposta tudo o que poderia impedir a sua aprovação, isto é, todas as referências à reforma agrária). Também em 2004 e 2005, o Governo de Guatemala negociou o Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos da América. Pese a que as organizações camponesas e outras aqui citadas foram excluídas do debate, conformou-se a Mesa Global – uma plataforma destas organizações que organizou protestos de rua contra o acordo. IMAP, Ceiba, Madre Selva, CUC, CONIC, CONGCOOP, entre outros, destacavam-se na direção desta plataforma. O ambiente da Mesa Global foi comparado, na entrevista que realizei com Alberto Alonso, encarregado de pesquisas na CONGCOOP, àquele dos anos de atividade guerrilheira antes dos massacres: a esquerda guatemalteca se encontrava ativa e unida. “Havia felizmente uma boa articulação que permitia uma discussão fluída, um intercâmbio quase em tempo real, de quando ocorriam as coisas. E isso dava-nos uma maior compreensão do contexto”, me contou Alberto.

É este contexto no qual surge o projeto de reforma agrária integral. Segundo Aparício Perez, da Direção Nacional do CUC, a ideia de integral se colocou desde o início, isto é, desde o congresso camponês de 1998. E, de fato, a CNOC já contava em 2003 com um documento a sustentar essa posição. A origem desta concepção pode ser encontrada no fato dos líderes camponeses nunca terem ficado conformados com o programa de reforma agrária, estabelecido no “acordo socioeconômico”. Desde logo havia a claridade “que não era somente a terra; ela tem de ser acompanhada com programas de governo que a complementem”, como me contou Aparício em entrevista. Mas outras entrevistas me permitem inferir que, até aos anos de 2003 e 2004, o CUC seguia “apostando” na reforma agrária de mercado. Isto é, que seguia com o mesmo pessimismo com que se negociou

o acordo. Dado as posições da elite empresarial guatemalteca e do governo, a reforma agrária de mercado era o melhor possível.

Assim, a proposta de Reforma Agrária Integral, publicada pela CNOG (2005), é um reflexo da realidade acima. Em primeiro lugar, o documento propõe a Reforma Agrária Integral como uma política “enquadrada no espírito do ASSA [Acordo sobre aspectos Socioeconômicos e Situação Agrária]” (p. 58). A expressão “espírito do acordo” marca essa insatisfação do movimento camponês e da sociedade civil de esquerda com o acordado. Contudo, as críticas à política de reforma agrária de mercado são, sobretudo, de ordem técnica: sobrevalorização das terras adquiridas; baixo capital do fundo; excesso de burocracia; corrupção; etc. As propostas das organizações camponesas passam então por uma política estatal orientada ao desenvolvimento rural. O documento exige do Estado diversos serviços de apoio à produção camponesa (por exemplo, assistência técnica ou proteção aduaneira dos produtos agrícolas) e uma política de fomento da venda de terras (por exemplo, impostos sobre terras ociosas).

A referência aos indígenas no documento surge apenas em dois sentidos. Em primeiro lugar, na primeira parte do documento – “Contexto social e processo histórico” – que os coloca como os mais excluídos da sociedade guatemalteca. Contudo, a referência a camponeses é bem mais frequente. Na segunda parte – “A proposta de reforma agrária integral” – é dito que os indígenas devem ser tomados como grupos prioritários desta política. Mas essa referência aparece da mesma forma como aparecem as mulheres: como grupos prioritários, mas sem qualquer menção ao conteúdo das suas necessidades ou demandas específicas. Está claro que os políticos tinham a clareza da situação em que viviam os indígenas guatemaltecos, mas não conseguiam distinguir as demandas indígenas de demandas camponesas.

A aprovação Lei de Segurança Alimentar e Nutricional sem qualquer referência à reforma agrária e à assinatura do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos da América sinalizaram uma importante mudança de contexto. Segundo Carlos Barrientos, em entrevista, entre os dirigentes se comentou: “olhem, temos que dar-nos conta que a aprovação do TLC não é somente um problema mais; ele marca uma mudança de época”. Um bom indicador do significado da assinatura do Tratado para a sociedade civil de esquerda é que, em janeiro de 2005, o CUC aprovou o seu plano estratégico como faz a cada cinco anos; em Maio é aprovado o Tratado; e em junho do mesmo ano, o CUC inicia um novo processo de discussão para a revisão do plano estratégico recém-aprovado.

O projeto de luta pelo território

No dia 18 de Junho de 2005, o Coletivo Madre Selva e a Diocese de San Marcos organizam um referendo à população. Nesse referendo se perguntava aos habitantes de Sipakapa se queriam manter a mina de exploração de ouro no seu município. 45% da população foram votar e 98% dos votantes disseram que não. Os organizadores reclamaram a legitimidade do referendo com base no Convênio n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas (CASTAGNINO, 2006). O evento foi significativo porque o contexto estava a mudar. A subida dos preços dos minerais no mercado mundial, desde 2004, fazia perfilar a atividade mineira como uma oportunidade econômica para o empresariado guatemalteco e vários pedidos chegavam ao Ministério de Engenharia e Minas (SOLANO, 2005). Em Abril de 2006, várias prefeituras do Departamento de Huehuetenango recebem uma carta do dito ministério para darem um parecer acerca do pedido de licenciamento de uma nova empresa mineira. Auxiliados pela ONG Ceiba e pela Associação de Alcaldes [perfeitos] Indígenas, os municípios pedem um prorroga ao ministério, informando que necessitam de consultar a população por meio de um referendo. A realização do referendo estendeu-se até ao final de Julho desse ano. Entre Abril e Julho, um grupo de advogados estudou a forma de garantir o carácter vinculativo das consultas, já que a legitimidade daquele realizado em Sipakapa estava em debate na justiça. A proposta foi fundamentá-las tanto no Convênio n.º 169 da OIT como nas leis de descentralização aprovadas pelo governo três anos antes. Entre mais de sete mil votantes, contaram-se vinte votos contra.

Mas as mobilizações locais não se resumiam a consultas contra a atividade mineira. Em outro município, Totonicapan, se organiza um protesto contra a Lei da Água em debate no Congresso. Uma lei que tinha por objetivo privatizar os sistemas de abastecimento municipal de águas foi travada por um movimento local. Em comum, Sipakapa, os sete municípios de Huehuetenango e Totonicapan tinham o fato de pertencer à zona ocidental de Guatemala, uma zona de elevada presença indígena. Em comum, apesar da presença de ONGs, as estruturas locais de governo lideravam o processo. Os políticos profissionais a que me venho referindo começam “a ver emergir um novo sujeito, que já não é as coordenações nacionais, mas que tem origem nas próprias comunidades e nos municípios”, como disse Carlos Barrientos na entrevista que realizei. A sua erupção na arena política levou a uma profunda transformação do campo. Eles traziam a solução para o impasse em que o diálogo dos movimentos camponeses e demais sociedade civil de esquerda se encontrava com o governo e o CACIF. Eles obrigavam ao envolvimento de outros organismos

do Estado mais importantes que o Ministério da Agricultura. Agora a Corte Suprema de Justiça e a Corte de Direitos Humanos eram chamadas a dar o parecer sobre a validade das consultas (que veio a ser reconhecida no final de 2009). O próprio Ministério de Energia e Minas foi obrigado a constituir uma mesa de diálogo com os promotores da consulta de Sipakapa, ainda que, daí, não saiu nenhum acordo. Em suma, organismos mais poderosos dentro do Estado começaram a ser obrigados a sentar-se com os movimentos sociais representantes dos camponeses e indígenas.

De todos os modos, eles não estavam assim tão distantes dos movimentos nacionais. As ONGs ambientalistas que faziam parte das mesas de negociação nacional tiveram um papel crucial para organizar estes novos movimentos, como se viu. Mais: segundo Nele Deprez (em entrevista), uma voluntária belga que esteve na organização das consultas populares de Huehuetenango, ainda que as organizações camponesas não participassem nas decisões do processo, elas eram indispensáveis para organizar as manifestações e protestos de rua nas quais estes novos agentes reclamavam o seu reconhecimento. Segundo ela, “quando há manifestações, ou qualquer ação para a qual necessitamos mobilizar bastante gente, aí sim, entra o CUC a coordenar. Porque eles têm mais capacidade para chegar à gente”. Assim, como seria de esperar, a partir de 2007, houve toda uma reorganização das organizações nacionais para tomar estes movimentos locais com seu eixo estratégico de trabalho. O CUC, a CONIC, entre outros, começaram através de representantes a participar nos grupos coordenadores destas redes. Mas isto não pode ser interpretado como um aproveitamento destas novas estruturas por aquelas “velhas” organizações. Por um lado, aquelas novas organizações ficaram a dever muito ao trabalho destas. (Seria importante até que ponto os protestos contra o Tratado de Livre Comercio coordenados nacionalmente, mas executados localmente, contribuíram para a constituição destes novos agentes). Por outro, estes deram as boas vindas a políticos experimentados em negociações do governo que podiam imprimir um novo folgo ao movimento.

A chave de análise marxista, camponeses VS latifundiários não explicava mais a realidade. Primeiro porque a luta agora não era apenas contra latifundiários, era contra investidores em exploração de minerais, mas logo de petróleo e grandes investimentos em estradas e barragens. Após 2006, fizeram-se consultas contra todo este tipo de iniciativas e, também, plantações para a produção de biocombustíveis. Segundo, as ações eram justificadas pelo direito dos indígenas a tomarem decisões sobre seus territórios. Terceiro, e talvez mais importante, os novos protagonistas tinham pouca formação marxista. Tinham, pelo contrário, uma larga vivência do que

restava das estruturas políticas indígenas e que se iam mantendo em conflito com os projetos do Estado contra elas desde a Reforma Liberal em 1821.

A partir de então, os líderes políticos iniciam um esforço sério para dar sentido (no duplo sentido, de entendimento e direção) desta nova forma de fazer política. A ideia de território impôs-se como solução, a começar por alicerçar os direitos estabelecidos no Convênio da OIT. Em segundo lugar porque, ao ampliar o conceito de terra, o conceito permitia juntar as disputas mais variadas. Território é, na sua formulação mais básica, “solo, subsolo (minério) e sobressolo (água, bosque, biodiversidade...)”, como me contou Carlos Barrientos repetindo as palavras de um líder regional do CUC. Mas abre também espaço para incluir a cultura indígena e seus modos particulares de organização política e de Estado. Mas aqui estamos perante algo acerca do qual ainda pouco trabalho foi feito. Alguns dirigentes do CUC entrevistados confessam que território “é algo que ainda custa a entender” e que “as bases ainda não dominam o conceito”. Parece haver aqui uma barreira entre o conceito dominado por uns e a sua prática (as formas indígenas de organização política) dominada por outros. Certamente o desenvolvimento da ideia de território como projeto político dependerá de como esta dicotomia se resolve.

O desenvolvimento deste projeto político, em curso, também dependerá das influências que vai recebendo do exterior. Pude identificar três. Em primeiro lugar, por influência das experiências boliviana e equatoriana, onde os movimentos indígenas elegeram presidentes. Através da Via Campesina, os dirigentes políticos dos movimentos de camponeses de Guatemala têm estado em contato com estas experiências. Daniel Pascoal, secretário-geral do CUC, é o principal veículo desta visão que fala em “fortalecer-se localmente para tomar o poder nacional e refundar o Estado”. Por seu turno, as ONGs a que fiz referência introduziram o discurso dos organismos internacionais, isto é, na nova moda de desenvolvimento territorial. Aqui a CONGCOOP tem procurado vestir de uma roupagem de cientificidade o discurso campesino importando as categorias da cooperação internacional, nomeadamente produzidos no Chile pelo RIMISP. Embora os membros da CONGCOOP sejam críticos desta abordagem, a análise crítica a estas categorias ainda não aparecia delineada quando fiz o trabalho de campo. Finalmente, alguns professores universitários, assessores do movimento camponês, faziam recurso ao conceito de território da geografia política para explicar este discurso. Trabalhos como o de Silvel Elias (2009) e de Iván Castillo Mendéz (2008) podem ser vistos, não tanto como uma análise deste processo, mas como uma terceira corrente que contribui para dotar de sentido este proje-

to. Para estes está em causa uma disputa de territorialidades, isto é, uma disputa entre duas formas de Estado: o ocidental e o indígena. Até ao final de 2009, quando elaborei a pesquisa de campo, estas duas últimas correntes surgiam subordinadas à primeira. Será preciso averiguar como os debates internos da sociedade civil de esquerda decorreram neste último ano para entender como estas correntes que partem de pontos muitos distintos se influenciaram mutuamente.

Conclusões: sobre a dinâmica do trabalho político

Sem dúvida, foi haver notado que o trabalho político é executado por profissionais que permitiu entender a tensão entre a divisão classista e culturalista de Guatemala. Foi na medida que os políticos da classe média urbana foram dando lugar aos políticos por indígenas e rurais por eles formados, que a matriz culturalista foi ganhando terreno sobre a classista. Mas foi necessário surgir um ator completamente novo, com reivindicações completamente novas, para que a visão culturista se impusesse como matriz do discurso na luta pela terra. Isto implica que as análises do trabalho político não podem fazer derivar a dinâmica da política diretamente dos grupos de interesse. Os mediadores, os políticos profissionais, jogam um papel muito importante. Pois não é possível tomar estes como representantes aleatória ou democraticamente escolhidos no seio daqueles. Os políticos profissionais preparam-se para sê-lo, seja pela formação acadêmica seja pelo autodidatismo exigido pela e incluído na experiência política acumulada.

Assim, como foi exposto acima, a imagem que os políticos fazem dos grupos que dizem representar deve-se, pelo menos em parte, da própria dinâmica do campo político. A maior prova de que a imagem que os representantes fazem de seus representados não emana dos segundos é a dificuldade que existem em ligar as experiências práticas que os indígenas têm com o que sobra de suas formas de governo, com o discurso de território preparado por seus líderes. Ao longo do trabalho, tentei demonstrar como as relações entre os agentes do campo político eram mediadoras da percepção que os políticos profissionais fazem sobre os grupos que representam. Isto é tão válido para a Reforma Agrária Integral como para a Luta pelo território. Como afirmei a reforma agrária integral estava fadada, por exemplo, a manter uma matriz classista a partir do momento em que a divisão dos espaços de diálogo separa as demandas culturalistas (o seguimento ao “acordo indígena”) das demandas socioeconômicas (o seguimento ao “acordo socioeconômico”). Somente com a transformação da estrutura do campo, com a erupção dos movimentos sociais locais, é que esta visão se transforma.

Certamente, como demonstrou o projeto de Reforma Agrária Integral, é exatamente no momento de declínio do projeto que ele se torna mais claro. Por duas razões óbvias. Primeiro, porque é nesse momento, em que não há mais ocupações de terras, protestos ou negociações a ocupá-los, que os políticos profissionais dispõem de tempo para escrever e pensar o que estão fazendo. Segundo, porque é no momento em que o projeto entra em declínio que se coloca a necessidade de defendê-lo, isto é, de fundamentá-lo e justificá-lo. O que implica que o projeto político permanece implícito ou semielaborado enquanto é aplicado. Mas, então, como se estabelece esse projeto implícito? Ao longo do artigo procurei demonstrar que ele está inscrito na estrutura do campo político. É pela definição (eu sou X), ainda que seja pela negativa (eu não sou Y), que se estrutura das relações de oposição entre os agentes que impõem a estes uma lógica de trabalho, isto é, um projeto. É claro que a elaboração do projeto introduz elementos e preenche lacunas que modificam o seu conteúdo. Fazem-no, no entanto, *a posteriori* e sem alterar a sua estrutura mais elementar. Até porque, como disse, procura-se acima de tudo justificar aquilo que vinha fazendo.

A questão se coloca na relação entre o campo político e a sociedade. Será que o sentido que emana da estrutura do campo político reflete a realidade (o campo da sociedade nacional)? Até que ponto a sociedade influi a estrutura do campo? Em primeiro lugar, como demonstra a divisão entre as visões culturalistas e classista, é possível explicar de diversas formas a mesma realidade sem que nenhuma seja mais verdadeira do que a outra, pese a que levarem a consequências distintas. Por outras palavras, embora não seja possível dizer qualquer coisa sobre a sociedade em que se vive, ela pode ser entendida de diversas formas. Estamos perante um relativismo limitado. Não obstante, não será possível determinar aos modos como o campo social e o campo político se relacionam. O campo político para ser eficaz tem de guardar alguma relação, tem de ajustar-se à sociedade que toma por objeto. Mas o modo como o faz depende, acima de tudo, da história desse campo e somente a pesquisa empírica pode esclarecer esse processo de retroalimentação.

Sendo verdade que os projetos emanam da estrutura dos campos políticos, então não será menos verdade que as 'coisas a fazer' derivam das mesmas estruturas. O caso deste novo sujeito que precedeu e originou o projeto de Luta pelo Território não permite observá-lo. Mas isto somente ocorre porque esse sujeito surgiu em outra parte do espaço social (em outro campo) que não foi tomado aqui por objeto. Só posteriormente entrou no campo em análise. Pode verificar-se, no entanto, este argumento com algo que o artigo passou por alto. Tendo a

disputa, na Revolução de 1944, entre revolucionários e conservadores atingido o seu clímax em torno da reforma agrária, não surpreende descobrir que organizar os camponeses tenha sido a mais importante tarefa dos vinte e cinco anos que se seguiram à contra-revolução. E é também por este caminho que se deve futuramente explicar a emergência da Convergência Nacional Maya Waqib' Kej, a organização de nível nacional que está para o projeto de Luta pelo Território assim como a CNOOC esteve para o de Reforma Agrária Integral.

Assim, aqueles que tomam como porta de entrada para a análise dos movimentos sociais o *brokering*, isto é, o trabalho de vinculação de redes de pessoas e organizações, arriscam-se a dar explicações muito superficiais do trabalho político. Pois, ao não conhecerem as condições da execução desse trabalho, eles estão a um passo de atribuir àqueles que estudam um conhecimento de causa que somente é possível *a posteriori*. Ou seja, arriscam-se a tomar as explicações que obtêm no momento da entrevista (quando já se sabe o que dá certo e o que dá errado, porque todos os erros e acertos já foram cometidos) pelas razões que precederam a execução dos fatos.

Mas, para concluir, convém recordar que não existe um campo político. O diálogo do Estado com a sociedade civil implica a coexistência de uma constelação de espaços, potencialmente apreendidos como campos. Esta consideração que fez parte dos supostos do recorte do objeto é também uma conclusão de pesquisa, pois só ela permitiu explicar os altos e baixos dos projetos políticos em análise. Foi o abandono do diálogo por parte dos membros do governo que fez definir o papel do projeto político de luta pela terra. E foi também, ao conseguir trazer para o debate a Corte Suprema de Justiça e o Ministério de Energia e Minas que o projeto de luta pelo território se pode implantar. Portanto, é necessário tomar em conta o Estado, enquanto canalizador das pressões de uns campos de diálogo sobre os outros. E pode considerar-se que cada campo de diálogo tem uma força proporcional à força detida pelos organismos estatais ali presentes. Os políticos profissionais sabem bem disto, embora não empreguem tais termos. Eles sabem que negociar com o Ministério da Agricultura não é o mesmo que negociar com o Ministério da Economia – muito menos com o Presidente.

Referências

ALDA MEJÍAS, S. *La participación indígena en la construcción de la república de Guatemala*, s XIX. Madrid: Universidad Autonoma de Madrid, 2009.

BARANGER, D. *Epistemología y metodología en la obra de Pierre Bourdieu*. Buenos Aires: Prometeo libros, 2004.

BASTOS, S.; CAMUS, M. *Entre el mecapan y el cielo: desarrollo del movimiento maya en Guatemala*. Guatemala: Flacso e Cholsamaj, 2006.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta, 2001.

_____. *Esboço de uma teoria prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. Oeiras: Celta, 2002.

_____. *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras, 2006.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Prespectiva, 2007.

_____. *O senso prático*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

BRETT, R. *Movimiento social, etnicidad y democratización en Guatemala, 1986 -1996*. Guatemala: F&G Editores, 2006.

CASTAGNINO, V. *Minería de metales y derechos humanos en Guatemala: la minería de Marlín en San Marcos*. Guatemala: Brigadas de Paz Internacionales, 2006.

CASTILLO MÉNDEZ, I. *Descolonización territorial del sujeto y la gobernabilidad: examen crítico del discurso restringido de la inclusión (individual) de indígena maya en el sistema de partidos políticos*. Guatemala: Universidade Rafael Landívar, 2008.

CNOC. *Propuesta de reforma agraria integral*. Guatemala: Magna Tierra editores, 2005.

COMISIÓN PARA EL ESCLARECIMIENTO HISTÓRICO. *Guatemala: causas y orígenes del enfrentamiento armado interno*. Guatemala: F&G Editores, 2006.

DAGNINO, E. et al. *Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina*. In: DAGNINO, E. et al (Ed.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Terra e Paz, 2006. p. 13-91.

ELIAS, S. *Geopolítica de los territorios indígenas en Guatemala: dinámicas de apropiación, identidad y resistencia*. Reflexiones [S.I.], p. 8, 2009.

FLORES, M. et al. *Centroamerica: el impacto de la caída de los precios del café*. México D. F.: Comissão Econômica Para a América Latina, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcer*, v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANGE, J. *L'habitus, da la philosophie à la sociologie et retour*. In: LESCOURRET, M.-A. (Ed.). *Pierre Bourdieu, un philosophe en sociologie*. Paris: PUF, 2009. p. 33-63.

GUERRA-BORGES, A. *Guatemala: 60 años de historia económica (1944-2004)*. Guatemala: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2006.

GUIMARÃES, E. *Colonato* (verbete). In: MOTTA, M. (Ed.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 95-96.

HURTADO PAZY PAZ, L. *Dinámicas agrarias y reproducción campesina en la globalización: el caso de Alta Verapaz 1970-2007*. Guatemala: F&G Editores, 2008.

MARTÍNEZ PALÁEZ, S. *La patria del criollo*. 13ª. ed. Mexico D.F.: Ediciones en Marcha, 1994.

MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MURGA ARMAS, J. *Iglesia católica, movimiento indígena y lucha revolucionaria* (Santiago Atitlán, Guatemala). Guatemala: Imprensa Palacios S. A., 2006.

SABINO, C. *Guatemala, la historia silenciada (1944-1989): el dominó que no cayó*. Guatemala: Fondo de Cultura Económica, 2008.

SOLANO, L. *Guatemala, petróleo y minería en las entrañas del poder*. Guatemala: Info-press Centroamericana, 2005.

TISCHLER VISQUERRA, S. *Guatemala 1944: crisis e revolución, ocaso y quiebre de una forma estatal*. Guatemala: F&G Editores, 2001.

VELÁZQUEZ NIMATUJ, I. A. *Pueblos indígenas, Estado y lucha por la tierra en Guatemala*. Guatemala: AVANCSO, 2008.

Anexo: Lista de entrevistados

Alberto Alonso Fradejas, responsável de pesquisas da Coordenadora de Organizações Não Governamentais e Cooperativas.

Alfredo Itzep, representante da Faculdade de Agronomia de San Carlos Guatemala na Mesa de Desenvolvimento Rural.

Ana Ixmucané Gatica, técnica do eixo de desenvolvimento comunitário e produtivo do Comitê de Unidade Camponesa.

Aparício Perez, membro da Direção Nacional do Comitê de Unidade Camponesa, responsável por finanças e projetos.

Carlos Barrientos, secretário executivo do Comitê Nacional de Unidade Camponesa.

Jeremias Hernandez, coordenador técnico do eixo de desenvolvimento comunitário e produtivo do Comitê de Unidade Camponesa.

Marta Júlia Gabriel, membro da Direção Nacional do Comitê de Unidade Camponesa, responsável pelo eixo de desenvolvimento comunitário e produtivo.

Nele Deprez, voluntária em Ceiba durante o processo de realização das consultas de vizinhos no departamento de Huehuetenango.

Rafael Gonzalez, membro da Direção Nacional do Comitê de Unidade Camponesa e seu representante na Coordenadora Nacional de Organizações do Campo.

As entrevistas foram realizadas nos meses de outubro e novembro de 2009.

Notas

- 1 Mestre em Ciências Sociais sobre Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade, CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutorando em Antropologia Social, Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Agradeço aos membros da banca de defesa da minha dissertação, Georges Flexor (orientador), Francisco Carlos Teixeira e Leonilde Servolo Medeiros, cujos comentários aí apresentados se tornaram guia para a confecção deste artigo. Email: jos.ferreira@gmail.com
- 2 Ver Baranger (2004: Cap. 3). Para verificar o impacto da introdução do conceito de campo recomenda-se a leitura comparada de “Condição de classe e posição de classe” (BOURDIEU, 2007: 3-25) com “Espaço social e espaço simbólico” (BOURDIEU, 2001: 1-18), originalmente publicados em 1966 e 1989 respectivamente.
- 3 Bourdieu constrói a sua teoria da ação dentro da tradição fenomenológica (à qual devemos acrescentar Heidegger e Schütz), mas acrescentando nela, como mostra Grange (2009), contributos de Durkheim, Aristóteles via Mauss e Tomás de Aquino via Panofsky, entre outros. Note-se que Grange afirma que a contribuição husserliana para o conteúdo do conceito de habitus, em Bourdieu, é relativamente pouco importante. Ela esquece, não obstante, que o recorte desta categoria é claramente inspirado no trabalho do filósofo alemão. (Este recorte, que opõe *habitus* a *logos*, também convida a um questionamento acerca da presença a noção bachelariana de “obstáculo epistemológico” na teoria da ação de Bourdieu. Numa primeira leitura, fica a ideia que aquilo que é “obstáculo” à constituição do *logos* é característica do *habitus*).
- 4 O massacre da Embaixada Espanha é um dos eventos mais importantes dos conflitos entre os movimentos sociais e o Estado antes dos massacres de 1982/83. Um grupo de camponeses chega a capital e com apoio de um grupo de estudantes toma de assalto a embaixada. O objetivo foi denunciar os atos de violência que o exército estava cometendo na área rural guatemalteca sobre os camponeses que tomava indiscriminadamente como guerrilheiros. A embaixada pegou fogo

- levando à morte dos manifestantes, de funcionários da embaixada e até de um ex-presidente e um ex-ministro que se encontravam reunidos com o Embaixador. Apenas o Embaixador e um professor universitário, que também estava na reunião, sobreviveram (SABINO, 2008). A discussão de quem colocou o fogo, estudantes ou a polícia que tomou a embaixada a despeito do pedido do governo espanhol para não o fazer, é menos uma questão de ciência que de política. Mas este evento foi, sem dúvida, aquele que mais contribuiu para que o desequilíbrio na capacidade militar entre a guerrilha e o exército fosse parcialmente compensado pelos apoios internacionais que a guerrilha recebia, sobretudo, de governos europeus.
- 5 Ladino é a forma como são chamados os descendentes de indígenas que perderam a sua cultura. Ao não dominarem seu idioma deixa de ser considerados indígenas tanto pelo Estado (o pertencimento a um etnia é registado no documento de identidade) como pelos líderes indígenas. Isto se deve a que a recuperação e revalorização dos idiomas foram as mais importantes estratégias para formar a identidade indígena, a partir de meados da década de 1980. Recorde-se que um dos seus líderes era linguista e adicione-se que ele fundou a Academia de Línguas Mayas, uma importante organização do movimento indígena. Mas esta distinção também atinge as comunidades. Tive conhecimento de processos de discriminação de ladinos. Uma família ladina era excluída da direção de organizações da sua comunidade. Ainda que fenotipicamente essa família não se distinga das outras da comunidade e partilharem o mesmo estilo de vida camponês, o fato de não dominarem o idioma local torna-os “brancos”.
 - 6 As mesas de diálogo são criadas de forma ad hoc para levar a cabo a negociação entre o Estado e a sociedade civil. Este esquema foi inaugurado para a preparação dos Acordos de Paz, como foi mencionado acima, e continua a ser utilizado hoje em Guatemala. Durante este período havia mesas de alto nível, uma para cada conflito de terras, estabelecido após cada ocupação; e havia esta mesa onde era discutido o cadastro rural e, supostamente, uma lei de desenvolvimento rural que incluía a reforma agrária (como estipulado no Acordo sobre aspectos Socioeconômicos...).

Submetido em março de 2011, aceito em junho de 2011.

